

*O Estado de São Paulo,  
Segunda-feira, 17.12.2007*

## Um ano de dilemas

*MARCELO DE PAIVA ABREU\**

Dois mil e oito promete ser um ano marcado por dilemas em escala global, em especial refletindo as incertezas econômicas e políticas nos Estados Unidos. As dúvidas sobre a sustentação do boom internacional que vem beneficiando a economia brasileira se somam as perplexidades políticas, com os Estados Unidos em posição proeminente. Quase que, em qualquer cenário, se pode esperar que a eleição presidencial do final do ano resulte em mudança significativa da posição dos Estados Unidos, talvez até na retirada das suas tropas do Iraque. A retirada é compromisso formal, por exemplo, de Hillary Clinton, pré-candidata democrata à Casa Branca. A pré-candidata tem consciência de que os Estados Unidos necessitam com urgência de uma reforma de sua imagem global, depois de fracassar miseravelmente em capitalizar apoio político para a concepção Republicana de combate ao terrorismo global. Um dos 12 temas listados no seu site de campanha é “Restoring America’s standing in the world” - restaurar a imagem dos Estados Unidos no mundo. Pareceria, entretanto, que, para que esta restauração seja viável, não basta que os Estados Unidos deixem de errar. É necessário que proponham agenda construtiva, capaz de mobilizar a opinião pública mundial. Neste aspecto, as propostas da candidata são tímidas: “apoiar” a educação básica de dezenas de milhões de crianças muito pobres faz todo o sentido, mas leva tempo e dificilmente poderia ocupar lugar central na agenda política positiva dos Estados Unidos após os anos Bush.

Quando as declarações da pré-candidata abandonam o domínio das generalidades e se tornam mais específicas, o resultado pode ser alarmante. Tais declarações tendem, em alguma medida, a contrabalançar os benefícios que decorreriam de uma reorientação política dos Estados Unidos. No exemplo mais desafortunado de explicitação de política (entrevista na íntegra no site do Financial Times, 3/12), Hillary referiu-se à política comercial dos Estados Unidos. Explicitou a sua idéia de “dar um tempo” no processo de negociação de novos acordos bilaterais preferenciais, para permitir a avaliação cuidadosa dos resultados dos acordos já assinados. E, também, sua oposição aos acordos negociados com a Coréia do Sul e a Colômbia. A pré-candidata usou moderadamente a tecla xenofóbica, sublinhando a necessidade de vigilância quanto a investidores estrangeiros nos Estados Unidos, sem o cuidado de especificar adequadamente as razões para tal atitude. Ventilou dúvidas quanto à aplicabilidade das idéias tradicionais sobre vantagens comparativas apoiada em uma citação pela rama de Paul Samuelson. Quanto à política dos Estados Unidos no plano multilateral, referiu-se especificamente à Rodada Doha e manifestou preocupação quanto à necessidade de implementação de regras mais restritivas relacionadas ao meio ambiente e a normas trabalhistas. Caso tais idéias se reflitam na política dos Estados Unidos, seria a segunda incursão desastrosa da família Clinton no terreno da diplomacia comercial multilateral. De fato, parte importante da culpa pelo fracasso da reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Seattle, em 1999, foi do então presidente Bill Clinton. Seu discurso em favor da inclusão de normas trabalhistas na agenda de uma nova rodada multilateral convergiu

com pressões similares de organizações não-governamentais, despertou a oposição dos países em desenvolvimento e resultou no fracasso da tentativa de lançamento de uma nova rodada de negociações. Doha, dois anos depois, foi o remendo possível para relançar uma rodada multilateral em seguida à implementação dos resultados obtidos na Rodada Uruguai. E o que se negociou desde então na OMC excluiu explicitamente os temas que Hillary Clinton vem mencionando. Reavivar tais temas equivale a colocar uma raposa no galinheiro e certamente paralisará a OMC, já em crise de identidade, por bons anos. O perigo, como sempre, seria o de retrocesso quanto a liberalizações acordadas, em especial quanto ao funcionamento do sistema de solução de controvérsias.

Os últimos desenvolvimentos da Rodada Doha vêm sublinhando a necessidade de que os Estados Unidos adotem atitude que possibilite a conclusão de uma rodada com resultados equilibrados. De fato, tal resultado poderia constituir parte não desprezível de estratégia séria e realista de reabilitação da imagem dos Estados Unidos. No passado recente, os principais negociadores resvalaram, entretanto, para o campo das acusações recíprocas, com uso de metáforas de gosto duvidoso, que contribuem para engessar o impasse quanto a concessões tarifárias e redução de subsídios. A representante do Comércio dos Estados Unidos, Susan Schwab, referiu-se ao comportamento do Brasil e da Índia em Genebra, na “mesa de negociação principal”, como o de adolescentes que acabaram de obter suas carteiras de habilitação, preocupando-se apenas com a obtenção de concessões, sem contribuir com concessões. Susan mirou no que viu e acertou no que não viu. A metáfora é bastante boa para caracterizar a política externa do governo Lula quanto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas e à América do Sul, com seus laivos de grêmio acadêmico e grande peso do protagonismo e do “idealismo”, em detrimento do realismo. Mas, quanto à OMC, a posição do Brasil tem sido construtiva e madura. Em contraste, os Estados Unidos têm dado mostra de persistente inépcia, sem oferecer propostas que rompam o impasse. Não será fácil a restauração da credibilidade norte-americana. Com democratas ou republicanos.

**\*Marcelo de Paiva Abreu, Ph.D. em Economia pela Universidade de Cambridge, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio**